vinetur

Indústria alemã das bebidas espirituosas pede aos deputados que rejeitem dois planos fiscais antes da votação de 27 de novembro

A BSI afirma que as propostas poderão encarecer algumas bebidas em 1,29 euros, criar conflitos de rotulagem e gerar menos receita do que o previsto

terça-feira, 24 de novembro de 2026



A indústria alemã das bebidas espirituosas está a pressionar os deputados para que abandonem duas medidas fiscais previstas antes do debate final e da votação, no Bundestag, da lei complementar ao Orçamento de 2027, a 27 de novembro. A associação afirma que as propostas poderão aumentar os custos, criar problemas jurídicos e logísticos e gerar menos receita do que o esperado.

O apelo foi feito numa declaração divulgada na terça-feira, 24 de novembro, pela Associação Federal da Indústria Alemã de Bebidas Espirituosas e Importadores, conhecida como BSI. A associação pediu ao Parlamento que suspenda o aumento previsto de 20% do imposto sobre as bebidas espirituosas e um plano separado para alargar o imposto sobre alcopops a produtos prontos a beber à base de bebidas espirituosas com um teor alcoólico igual ou superior a 10% vol. e inferior a 15% vol.

A BSI afirmou que os efeitos orçamentais, económicos, jurídicos e práticos de ambas as medidas não foram suficientemente avaliados. Angelika Wiesgen-Pick, diretora executiva da associação, disse que já não se trata de introduzir pequenas alterações no

projeto de lei, mas de travar duas medidas que, na opinião da organização, não se justificam pelos resultados esperados nem pelo impacto prático.

O debate fiscal é relevante para além das preocupações de um grupo de pressão do setor, uma vez que a Alemanha é um mercado importante para produtores nacionais, importadores e fornecedores internacionais de bebidas. Qualquer alteração aos impostos especiais de consumo ou a taxas específicas poderá afetar os preços, as margens, a rotulagem dos produtos e a distribuição de bebidas espirituosas e bebidas mistas, com possíveis repercussões no comércio a retalho, na logística, nos bares, restaurantes e empresas de turismo.

A BSI afirmou que o alargamento proposto do imposto sobre alcopops criaria problemas imediatos para os produtos já fabricados ou cuja venda já está prevista a partir de 1 de janeiro de 2027. Num documento de posição conjunto com a associação alemã do comércio alimentar, a Markenverband e outros grupos, a associação afirmou que os novos produtos abrangidos ficariam sujeitos a requisitos adicionais de rotulagem para proteção de menores. Segundo as associações do setor, as latas e garrafas já produzidas e impressas não poderiam ser novamente rotuladas de forma viável, dadas as atuais condições de produção.

A associação afirmou também que alguns dos novos produtos abrangidos, vendidos em garrafas de vidro não reutilizáveis, passariam a estar sujeitos ao sistema de depósito da Alemanha, exigindo marcações de depósito e aprovação através do sistema DPG. No pior cenário, disse o grupo, bebidas já produzidas e que, de resto, poderiam ser comercializadas teriam de ser destruídas. Acrescentou que fabricantes e retalhistas já encomendaram matérias-primas e embalagens, programaram a capacidade de produção e, em alguns casos, concluíram a produção.

A BSI levantou também uma questão jurídica ao abrigo das regras da União Europeia. Afirmou que o alargamento proposto dos requisitos de rotulagem para proteção de menores poderá ter de ser notificado a nível europeu, o que poderia desencadear um período de suspensão de até seis meses. Segundo a associação, isto significa que a questão não se limita às taxas de imposto. Está também em causa saber se os produtos já fabricados em conformidade com as regras atuais poderão continuar a ser

legalmente comercializados.

O grupo relacionou as suas objeções com a experiência da Alemanha com o imposto sobre alcopops, introduzido em 2004. Segundo dados da BSI, o volume de produtos prontos a beber à base de bebidas espirituosas caiu 74,2% entre 2005 e 2010, enquanto a receita fiscal do segmento diminuiu 75%, de cerca de 9,6 milhões de euros para 2,4 milhões de euros. A associação afirmou que estes dados sugerem que os consumidores passaram a optar por outros produtos, em vez de desaparecerem totalmente do mercado.

Segundo a BSI, a atual alteração legislativa prevê uma receita anual adicional de 80 milhões de euros quando o alargamento do imposto sobre alcopops estiver plenamente em vigor. A associação afirmou que o Governo não divulgou os pressupostos relativos ao volume de vendas, à elasticidade-preço ou à substituição de produtos que sustentam essa estimativa. Para contestar a projeção, apresentou um exemplo: num produto típico pronto a beber, de 0,33 litros e com um teor alcoólico de 10% vol., a repercussão integral do imposto nos consumidores acrescentaria cerca de 1,29 euros ao preço de prateleira, o que, segundo a associação, representaria um aumento superior a 40%.

A BSI apresentou um argumento semelhante contra o aumento mais amplo do imposto sobre bebidas espirituosas. Ao abrigo do plano, o imposto subiria de 13,03 euros para 15,64 euros por litro de álcool puro. A associação afirmou que o aumento de receita esperado é de cerca de 385 milhões de euros por ano completo, mas questionou se esse valor se manteria depois de os consumidores reagirem à subida dos preços.

Com base no que descreveu como dados atuais da NielsenIQ, a BSI afirmou que a sua própria modelização aponta para uma elasticidade-preço observada de cerca de -1,9 no mercado das bebidas espirituosas. Nessa base, afirmou a associação, grande parte da receita adicional esperada com o imposto sobre o álcool e o IVA seria anulada pela redução dos volumes de vendas. Acrescentou que uma reação dos consumidores ligeiramente mais forte faria com que o efeito orçamental líquido passasse a ser negativo. A associação afirmou que a sua estimativa ainda não inclui possíveis reduções dos impostos sobre as empresas, de outros impostos relacionados com os

lucros, do emprego e das compras efetuadas fora da Alemanha, nem a transferência da procura para outras categorias de bebidas alcoólicas.

A BSI afirmou que o aumento afetaria um mercado de bebidas espirituosas que já está em contração há vários anos e poderia aumentar a pressão em toda a cadeia de abastecimento, desde produtores familiares e empresas de média dimensão até marcas internacionais, grossistas, retalhistas, empresas de logística e operadores do setor da restauração e hotelaria. O grupo afirmou também que um parecer jurídico que encomendou identificou sérias questões de constitucionalidade e de conformidade com o direito da União Europeia, embora a declaração não identificasse o autor do parecer nem fornecesse mais detalhes.

A associação afirmou que pretende que os deputados garantam que os produtos legalmente fabricados continuem a poder ser comercializados, evitem a destruição desnecessária de produtos, encontrem uma solução viável para a questão do depósito e cumpram quaisquer requisitos de notificação europeus. Segundo a associação, uma data de entrada em vigor a 1 de janeiro de 2027 não é realista nestas condições.

A BSI, que afirma representar cerca de 250 membros da indústria alemã de bebidas espirituosas, está a pedir ao Bundestag que retire ambas as medidas fiscais, em vez de as adiar. O debate final e a votação do projeto de lei estão previstos para 27 de novembro.